



84
105.

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no AI nº: **330488-9 – Petrolina (4ª Vara Cível)**

Recorrente **Banco Fiat S/A**

Recorrido: **Antenor Félix Honório**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Acórdão

EMENTA: AGRAVO LEGAL. TERMINATIVA NEGATIVA DE SEGUIMENTO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. REVISÃO E CONSIGNAÇÃO. DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES EM JUÍZO. VALOR INTEGRAL. POSSIBILIDADE. PREVISÃO SUMULADA PELO TJPE. DECISÃO MANTIDA. 1. É possível a propositura de ação revisional para apurar eventual abusividade praticada pela financeira perante em contratos de financiamento/arrendamento, notadamente para se examinar algum exagero na formação do valor das prestações mensais, questão inclusive localmente sumulada – *"É possível a discussão da existência da dívida e do seu valor no âmbito da ação consignatória, mesmo que para isso seja necessário revisar cláusulas contratuais."* (Súmula nº 16 TJPE). 2. A demanda poderá ser cumulada com pedido consignatório para depósito das prestações mensais em Juízo, cabendo ao devedor, para obter o efeito liberatório da mora, depositar o valor integral da parcela contratada, em atenção ao princípio da "Pacta Sunt Servanda", em cumprimento do contrato nos termos em que foi pactuado. Recurso de Agravo não provido. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 330488-9**, da Comarca de Petrolina, em que figuram como Recorrente o **Banco Fiat S/A**, e como Recorrido **Antenor Félix Honório**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** o **Recurso de Agravo** interposto pela **Banco Fiat S/A**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto



85
[assinatura]

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no AI nº: **330488-9 – Petrolina (4ª Vara Cível)**

Recorrente **Banco Fiat S/A**

Recorrido: **Antenor Félix Honório**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Relatório

Cuida-se de **Recurso de Agravo** interposto pelo **Banco Fiat S/A** (fls. 65/70) contra decisão terminativa proferida no **Agravo de Instrumento** manejado contra **Antenor Félix Honório** (v. fls. 60/62).

A terminativa negou seguimento ao agravo em referência, mantendo inalterada a interlocutória que admitiu a tramitação da ação revisional de contrato ajuizada pelo ora recorrido, bem assim acolheu o pleito para a realização dos depósitos em Juízo das prestações assumidas, desde que observadas as condições do contrato, sobretudo prazos e valores, permanecendo a posse do veículo alienado com o contratante.

Na época, ao recorrer, o Banco Fiat fez breves ressalvas apenas em relação ao valor da prestação, que deveria ser aquele pactuado pelas partes, vedada a oferta de valor menor, mostrando-se, por efeito, correta a interlocutória vergastada porque condicionava a manutenção da ordem consignatória ao pagamento da parcela "cheia", posição sustentada pela terminativa de fls. 60/62.

Agora, para fundar sua nova irresignação, a instituição agravante entende que não restou comprovada a cobrança indevida das prestações assumidas perante o contrato, fato bastante a impedir que a medida fosse deferida pelo Juízo *a quo*. Pede a reconsideração da terminativa objurgada, para reformá-la no sentido de restaurar o trâmite do agravo interposto e para encaminhá-lo para julgamento de mérito.

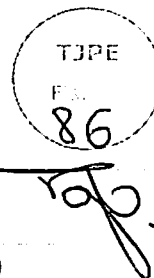
Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo legal à apreciação da Câmara.

Está feito o relatório.

Recife, 22 de *maio* de 2014.

[assinatura]

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no AI nº: **330488-9 – Petrolina (4ª Vara Cível)**

Recorrente **Banco Fiat S/A**

Recorrido: **Antenor Félix Honório**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Voto

Pretende o Banco Fiat, pela via retratativa, suspender medida que outorgou liminar consignatória para depósito das prestações mensais assumidas perante um contrato de financiamento com pacto adjecto de alienação fiduciária.

Segundo consta, o julgador *a quo*, ao deferir a medida em prol do ora recorrido, condicionou sua efetividade ao depósito integral das parcelas, como assumidas no contrato.

O recorrente, ao agravar, refutava a decisão com base na afirmação de que o valor autorizado pelo juiz do feito jamais poderia ser inferior àquele que as partes haviam estipulado no contrato, apresentando-se evidentemente irregular a posição oficial que porventura amparasse pedidos desse jaez.

Viu-se, no entanto, que diversamente do alegado, a decisão prestigiou justamente o valor pactuado pelos contratantes, qual seja, R\$ 831,26 (oitocentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), sendo, então, constatada certa incoerência entre os fundamentos e o pedido apresentados perante o agravo de instrumento.

Através da nova via, o Banco insurge-se por um caminho distinto, alegando, desta feita, que não havia razões suficientes para que o pleito antecipatório/consignatório fosse deferido, por faltar-lhe a informação de que a cobrança do referido valor seria indevida, ilegal ou destoante com o que vem decidindo o STF e o STJ.

Decerto que o novo argumento diverge das razões antes apresentadas pelo recorrente. A inovação das alegações não seria possível justamente pela ausência de identidade entre a peça recursal original e a peça recursal imediata, que efetivamente denotaria um reexame da lide sob um prisma distinto, em teoria até admissível, mas apenas se fatos novos surgissem a ponto de amparar o pedido originalmente formulado.

Apesar da divergência entre as razões, permito-me examinar o "novo pleito" por ser pertinente.

O pedido recursal/retratativo está fundado em argumento aparentemente plausível e que diz respeito à autorização do Juízo *a quo* para a consignação em pagamento requerida pelo agravado, amparada basicamente na abusividade apresentada por algumas cláusulas do contrato firmado, *máxime* as que se referem ao preço da parcela, ou à formação do valor final da prestação exigida pelo agravante.

Mas em que pese toda essa pertinência do pleito, e até da riqueza que possa advir da discussão da matéria de fundo perante a Vara, as cortes judiciais nacionais já convencionaram em admitir a tramitação das ações de revisão de contrato (financiamento ou arrendamento mercantil) cumuladas ou não com consignação em pagamento, ajuizadas com base na alegação de excesso do valor da dívida pactuada, inclusive para lhes deferir o depósito judicial das prestações nos moldes estipulados pelo contrato. Nenhum prejuízo viria sofrer a entidade financeira

se as parcelas fossem pagas em Juízo na sua forma integral, ou conforme pactuado no financiamento ou no arrendamento mercantil.

É fato que em alguns casos haverá certa resistência das financeiras em admitir o processamento das ações, normalmente porque ao propor a demanda, a parte poderá estar em atraso da parcela, caso em que a mora, já consumada, autorizaria a apreensão do bem garantidor do contrato. Decerto que é direito do Banco ajuizar a competente demanda para apreender o bem, mas não haverá como evitar a propositura antecipada da ação revisional, hoje bastante comum.

Independente dos motivos, sem dúvida que as ações revisionais poderão ser abrigadas perante os Juízos Cíveis próprios, na tentativa de se evitar violação ao princípio do acesso à Justiça, mas claro, com algumas ressalvas. Abre-se a oportunidade de as partes debaterem, se for o caso, eventuais discrepâncias ocorrentes no contrato, mesmo porque o pedido formulado perante a ação está dentro do que se considera juridicamente possível.

Entretanto, e embora os pleitos sejam viáveis do ponto de vista jurídico, não são toleradas certas distorções, como, por exemplo, o depósito de quantia inferior àquela pactuada sem a certeza de que o valor sugerido esteja dentro dos parâmetros convencionados.

In casu, a medida deferida pelo despacho de fls. 38 condicionou sua eficácia ao depósito integral do valor acertado e nas condições contratualmente estipuladas, o que, no meu entender, vem impedir que esses exageros ao qual me referi venham a ocorrer. Se por acaso o depósito não vier a faltar com o valor ou com o prazo, a medida perderá seu efeito e o devedor poderá sofrer a apreensão do bem garantidor da dívida, o que certamente é a intenção do Banco Fiat.

Mas enquanto não sobrevierem essas alterações, entendo que a medida deverá ser mantida da forma original.


Anote-se, por fim, que este TJPE editou verbete que autoriza o debate da dívida e do seu valor junto à ação consignatória, inclusive com revisão das cláusulas contratuais pactuadas pelos litigantes. Vide, assim, o teor da Súmula nº 16: *"É possível a discussão da existência da dívida e do seu valor no âmbito da ação consignatória, mesmo que para isso seja necessário revisar cláusulas contratuais."*

Sendo assim, a decisão atacada está correta e não merece a reforma pretendida.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto por **Banco Fiat S/A**, restando intacta a terminativa vergastada.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto